

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

A responsabilidade do Congresso

Quando os deputados e senadores saíram em férias há um mês, o País respirava um clima de moderado otimismo, em função do desempenho da economia — inflação relativamente contida, ligeira recuperação do emprego e dos negócios na indústria e no comércio — e do comportamento da nova equipe econômica. Hoje, o Congresso Nacional reabre suas portas com um quadro totalmente diverso: os agentes econômicos estão novamente inquietos e temendo o pior depois da divulgação do índice de inflação de julho medido pelo IGP-M da FGV — 13,22% — e da constatação de que — como disse o ministro Passarinho — “acabou a mágica” das contas do governo, que passou a admitir um déficit de 2% do PIB no final do ano. Para complicar, o clima na área externa, que parecia ter melhorado, voltou a ficar carregado depois dos últimos arroubos terceiro-mundistas do presidente Collor, que culminaram com o destampatório contra o “serviçal” do FMI.

Esse novo quadro aumenta a responsabilidade dos deputados e senadores neste segundo semestre do ano. Tudo o que o governo Collor precisará fazer para tentar conter a inflação e alterar as expectativas dos agentes econômicos internos e externos passa, necessariamente, pelo crivo do Legislativo. Não há nada que o governo possa fazer de mais substancial para arrumar definitivamente as finanças públicas e reanimar a economia que não dependa da aprovação do Congresso.

A eliminação do déficit público depende de uma ampla reforma tributária que aumente a receita da União — sem aumentar a carga tributária para a sociedade — e da redução das despesas do governo.

Essa reforma implica, inicialmente, em alterações na Constituição para permitir, além da redução do número de impostos, mudanças na divisão da receita tributária entre a União, os Estados e os municípios e a transferência para governadores e prefeitos de algu-

mas obrigações que hoje estão sob responsabilidade do governo federal. O presidente Collor está criando comissões de técnicos oficiais e especialistas da área privada para propor as reformas, mas a palavra final será do Congresso Nacional. Além disso, o governo precisará dispor de um Orçamento austero no próximo ano, sem concessões ao paternalismo e ao fisiologismo, e a primeira amostra dada pelo Congresso no primeiro semestre, na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não foi das mais alentadoras. Sem esses instrumentos, será impossível asfixiar definitivamente o monstro inflacionário.

Na questão da reativação da economia, que depende, em primeiro lugar, da atração de capitais estrangeiros, o governo também está nas mãos do Congresso. O ponto de partida será o acordo com o FMI e o acerto com as agências internacionais de crédito e os bancos privados. Mas os investimentos estrangeiros só voltarão a se interessar pelo Brasil quando o capital estrangeiro voltar a ser bem tratado no País e as regras internacionais forem respeitadas. Um dos pontos básicos — e que o governo quer alterar nesse segundo semestre — é a lei de remessa de lucros, o que implica outra alteração da Constituição. Outro ponto importante é o fim da pirataria de patentes na área química e farmacêutica, proposta no novo Código de Propriedade Industrial ainda não votado pelos deputados e senadores. Criar obstáculos à privatização e à desregulamentação das atividades econômicas, como o PT ameaça fazer agora no caso das telecomunicações restritas, também afugenta os investidores externos.

Num sistema democrático, o máximo que o Executivo pode fazer é propor as políticas que ele considera apropriadas. Quem transforma essas propostas em leis e em programas de governo é o Congresso. Se o Brasil não conseguir superar a crise em que está mergulhado, a culpa maior será do Congresso.